

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

PROVA OBJETIVA - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

1

A Lei Federal nº 6.404/1976, conhecida como Lei das S.A., regula as sociedades anônimas no Brasil, abordando aspectos como constituição, administração, operações e dissolução das empresas, além de definir direitos e deveres dos acionistas e requisitos de governança corporativa e divulgação financeira.

Atualizações recentes fortaleceram a transparência, a proteção dos acionistas minoritários e as práticas de governança, incluindo a exigência de conselhos mais independentes e a adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). A lei também modernizou a contabilidade, alinhando-a aos padrões internacionais e ampliando as exigências de auditoria externa para aumentar a integridade das informações financeiras e atrair investidores.

De acordo com a Lei Federal nº 6.404/1976, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, as ações são

- (A) ordinárias, preferenciais ou de fruição.
- (B) preferenciais, escriturais ou endossáveis.
- (C) endossáveis, ao portador ou de usufruto.
- (D) ordinárias, preferenciais ou endossáveis.
- (E) nominativas, endossáveis ou ao portador.

2

A NBC TA 240 (R1) aborda as responsabilidades do auditor em relação à detecção de fraudes em auditorias de demonstrações contábeis, destacando que o auditor deve obter uma segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorções relevantes, sejam elas causadas por erro ou por fraude.

A norma ressalta que a responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes é da administração e daqueles encarregados da governança. Entretanto, o auditor tem a obrigação de identificar e avaliar os riscos de distorções relevantes devido a fraudes, mantendo uma atitude de ceticismo profissional.

Quanto a essa norma, independentemente da avaliação dos riscos de que a administração burle controles, o auditor deve definir e aplicar procedimentos de auditoria para

- (A) considerar se seria apropriado o Administrador retirar-se da Presidência da Empresa, quando essa saída for possível conforme a lei ou regulamentação aplicável.
- (B) avaliar se os procedimentos analíticos aplicados perto do final do período, na formação da conclusão global, de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão consistentes com o entendimento sobre a entidade e do seu ambiente.
- (C) discutir com pessoa no nível apropriado da administração e com os responsáveis pela governança a saída do suspeito do trabalho e as razões para o seu afastamento.
- (D) determinar as responsabilidades profissionais e legais aplicáveis à situação, inclusive se é necessário a comunicação às autoridades reguladoras. No Brasil, existem obrigações determinadas pelas autoridades reguladoras.
- (E) testar a adequação dos lançamentos contábeis registrados no razão geral e outros ajustes efetuados na elaboração das demonstrações contábeis. Ao definir e aplicar procedimentos de auditoria para tais testes, o auditor deve selecionar lançamentos contábeis e outros ajustes feitos no final do período sob exame.

3

A empresa Transparência S.A., sob supervisão da CVM, elaborou suas demonstrações financeiras estritamente de acordo com as normas contábeis vigentes. No entanto, os auditores identificaram que a aplicação rígida de certos critérios contábeis resultou em uma apresentação distorcida da realidade econômica da empresa.

Diante disso, os administradores questionaram qual a melhor abordagem para assegurar a transparência das informações, considerando o conceito de *True and Fair View* no Ofício-Circular/CVM nº 01/2020.

A melhor decisão a ser tomada no caso é

- (A) solicitar uma dispensa formal da CVM para não seguir determinadas normas contábeis.
- (B) manter as demonstrações como estão, pois o cumprimento das normas contábeis é suficiente.
- (C) omitir informações distorcidas e relatar apenas os aspectos positivos do desempenho financeiro.
- (D) refazer completamente as demonstrações financeiras com base apenas na visão econômica da administração.
- (E) aplicar ajustes ou divulgações adicionais para garantir que as informações reflitam a realidade econômica da empresa.

4

Entre os principais objetivos subjacentes à exigência de obtenção, pelo auditor independente, de Carta de Contratação assinada pelo Emissor e pelo Coordenador da Oferta, em relação à emissão das Cartas-Conforto para ofertas de títulos e valores mobiliários, de acordo com o CTA 23 – EMISSÃO DE CARTA- CONFORTO EM PROCESSO DE OFERTA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, está esclarecer que, desde que acordado entre o Coordenador da Oferta e o auditor independente, a responsabilidade pela definição do alcance do trabalho que o auditor independente executará é

- (A) unicamente do auditor independente.
- (B) unicamente do Coordenador da Oferta.
- (C) unicamente dos responsáveis pela governança da empresa emissora.
- (D) compartilhada entre o coordenador da oferta e a entidade reguladora.
- (E) compartilhada entre os responsáveis pela governança da empresa emissora e o auditor independente.

5

O comunicado técnico CTA 32 – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO tem por objetivo orientar os auditores independentes no exame das demonstrações contábeis de fundos de investimento quanto aos procedimentos sugeridos a serem aplicados na auditoria de demonstrações contábeis de Fundos de Investimento.

Avalie se os procedimentos substantivos aplicáveis aos fundos de investimento incluem

- I. recálculo do saldo final patrimonial dos derivativos;
- II. conciliação do saldo da carteira de investimentos com o saldo contábil na data-base;
- III. confronto das emissões e dos resgates de cotas junto aos extratos ou relatórios de liquidação;
- IV. obtenção do relatório de movimentação do patrimônio líquido e confronto com o saldo contábil e com a posição de cotistas;
- V. conciliação do saldo da carteira de investimentos com o saldo contábil na data-base e com o extrato da Instituição Financeira obtido com o fundo (ou com a resposta de circularização).

Estão corretos os procedimentos

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

6

Uma empresa S.A. de capital aberto do setor de incorporação imobiliária realiza contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas, com financiamento direto pelo incorporador. Essas transações incluem “provisões para distratos” e o tratamento contábil dessas operações reconhece suas receitas de acordo com o modelo ao longo do tempo (*over time*), também conhecido como percentual da evolução da obra (POC) (*Percentage of Completion Method*).

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da CTA 27 – RELATÓRIOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ENTIDADE DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA, o auditor identificou que nenhum dos critérios para reconhecimento de receita ao longo do tempo foram atendidos, mas a contabilização estava de acordo com a posição da(o)

- (A) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (B) International Financial Reporting Standards Interpretations Committee (IFRS IC).
- (C) Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- (D) Norma Brasileiras de Contabilidade (NBC TG 47).
- (E) Banco Central do Brasil (BCB).

7

A revisão externa de qualidade pelos pares constitui-se em processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes.

Sobre os possíveis relatórios que o revisor, auditor contratado pelo revisado para a realização do trabalho de revisão pelos pares, pode emitir, assinale a afirmativa correta.

- (A) O revisor deve emitir um relatório de revisão de sistema de qualidade com deficiências quando as políticas e/ou os procedimentos de qualidade não estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais emitidas pelo CFC.
- (B) O revisor deve emitir um relatório de revisão de sistema de qualidade inadequado quando há ausência de um ou alguns quesitos nos manuais de qualidade da firma de auditoria que descrevam as políticas e procedimentos a serem adotados pelos membros da equipe de auditoria no planejamento, execução e conclusão dos trabalhos de auditoria, conforme requerido pelas normas de auditoria.
- (C) O revisor deve emitir um relatório de revisão de sistema de qualidade com deficiências quando o sistema de controle de qualidade do revisado não é adequadamente projetado para fornecer à empresa uma garantia razoável de desempenho e relatórios de acordo com os padrões profissionais em todos os aspectos relevantes.
- (D) O revisor deve emitir um relatório de revisão de sistema de qualidade inadequado quando concluir que o revisado não cumpriu seu sistema de controle de qualidade a ponto de comprometer a garantia razoável de desempenho e relatórios de acordo com as normas profissionais aplicáveis em todos os aspectos relevantes.
- (E) O revisor deve emitir um relatório de revisão de sistema de qualidade inadequado quando há deficiências na aplicação de procedimentos de auditoria, que possam comprometer a capacidade de reportar em uma dimensão que não comprometa a qualidade e o resultado do trabalho de auditoria desenvolvido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e os padrões profissionais aplicáveis.

8

Em relação aos trabalhos de asseguarção diferentes de auditoria e revisão, que incluem auditoria de elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis e asseguarção de desempenho com base nos principais indicadores de desempenho da empresa, avalie os itens a seguir.

- I. Uma firma de auditoria foi contratada para realizar um trabalho de asseguarção diferente de auditoria e revisão. No decorrer do processo, identificou-se que um diretor do cliente de asseguarção é familiar próximo de membro da equipe de asseguarção. Em função do tipo de trabalho para o qual a firma de auditoria foi contratada, não há necessidade de remoção da pessoa da equipe de asseguarção.
- II. As normas de independência para trabalhos de auditoria e revisão estão descritas na NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão. Entretanto, se a firma de auditoria realiza trabalho de asseguarção e trabalho de auditoria ou de revisão para o mesmo cliente, prevalecem os requisitos da NBC PO 900 – Independência para Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão.
- III. A ameaça de interesse próprio, de autorrevisão ou de familiaridade pode ser criada se membro da equipe de asseguarção atuou recentemente como conselheiro ou diretor, ou empregado do cliente de asseguarção.
- IV. Uma firma de auditoria foi contratada para executar um trabalho de asseguarção referente a um relatório preparado por um consultor ambiental sobre as práticas de sustentabilidade do cliente de asseguarção. Nesse caso, o consultor ambiental é a parte responsável pelas informações do objeto, mas a empresa é a responsável pelo objeto (as práticas de sustentabilidade).

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

9

Com relação à auditoria de estimativas contábeis, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () O auditor pode não ter as habilidades ou conhecimentos especializados necessários quando o assunto envolvido estiver em área diferente da área contábil ou de auditoria, como habilidades de avaliação, e, nesse caso, o auditor deve usar o especialista da administração.
- () As premissas que podem ser feitas ou identificadas por especialista da administração se tornam as premissas da administração quando elas são utilizadas pela administração na elaboração da estimativa contábil.
- () O auditor deve considerar se a natureza não usual ou não recorrente da condição, transação ou evento que precisa de estimativa contábil aumentam a probabilidade de que a administração precise envolver um especialista.
- () Assuntos que o auditor deve considerar comunicar aos responsáveis pela governança com relação às visões do auditor sobre aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da entidade relacionadas com as estimativas contábeis incluem as diferenças significativas entre os julgamentos do auditor e da administração ou de especialista da administração em relação à valorização.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – V – F – F.
- (C) V – F – F – F.
- (D) F – V – V – V.
- (E) V – F – V – F.

10

O modelo conhecido como “triângulo da fraude”, de Donald R. Cressey, estabelece que geralmente três condições estão presentes quando uma fraude ocorre. No primeiro vértice do triângulo, a gestão ou funcionários têm um incentivo ou estão sob pressão, o que provê uma razão para cometer fraudes. No segundo, a existência de circunstâncias, por exemplo, ausência de controles, controles ineficazes ou a capacidade da gestão em ignorar controles, proporcionam oportunidades para a fraude a ser perpetrada. No terceiro vértice, os envolvidos são capazes de racionalizar a prática de um ato fraudulento.

Os fatores de risco de fraude, ou sinalizadores (*red flags*), são exemplos de fatores que podem ser enfrentados pelos auditores em uma grande variedade de situações. Nem todos os fatores de risco são relevantes em todas as circunstâncias e alguns podem ter mais ou menos significado em entidades de tamanhos diferentes ou com características de propriedade ou circunstâncias diferentes.

Nesse contexto, associe os fatores de risco elencados abaixo às três condições geralmente presentes quando ocorrem distorções relevantes decorrentes de fraude.

1. incentivos/pressões.
2. oportunidades.
3. atitudes/racionalizações.

- () Participação ou preocupação excessiva da administração não financeira com a seleção de políticas contábeis ou com a determinação de estimativas significativas.
- () Alto nível de competição ou saturação do mercado, acompanhada por declínio da margem de retorno.
- () Ativos, passivos, receitas ou gastos baseados em estimativas significativas que envolvam julgamentos subjetivos ou incertezas difíceis de serem corroboradas.
- () Prática, pela administração, de se comprometer com analistas, credores e outras partes no cumprimento de projeções agressivas ou irrealistas.
- () Estrutura organizacional excessivamente complexa envolvendo entidades jurídicas ou linhas de autoridade gerenciais não usuais.
- () Fluxos de caixa negativo provenientes das operações ou incapacidade de gerar fluxos de caixa das operações mesmo que reportando lucros e crescimento dos lucros.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2 – 3 – 2 – 1.
- (B) 2 – 3 – 1 – 2 – 1 – 3.
- (C) 2 – 1 – 3 – 3 – 1 – 2.
- (D) 3 – 3 – 1 – 2 – 2 – 1.
- (E) 2 – 1 – 2 – 3 – 1 – 3.

11

Em relação aos procedimentos de auditoria a serem considerados no processo de auditoria das Demonstrações Contábeis dos Fundos de Investimento, avalie os itens a seguir.

- I. Entre as principais análises a serem efetuadas no entendimento dos processos relacionados à administração, gestão e custódia de fundos regulados pela ICVM 555/14, inclui o entendimento do processo de compras, vendas, precificação e custódia dos ativos financeiros e o entendimento do processo de emissões e resgates de cotas.
- II. A conclusão dos relatórios de auditoria a serem emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de fundos de investimento deve conter a expressão específica "...práticas contábeis adotadas no Brasil", indicando que as entidades auditadas adotam integralmente as normas editadas pelo CFC. Além disso, deve-se identificar o tipo de fundo, uma vez que cada fundo possui instruções específicas.
- III. Os riscos de distorção relevante são determinados com base nas características específicas de cada fundo de investimento a ser auditado, tais como o risco de que os controles possam não detectar ou prevenir a ocorrência de falhas, por exemplo, em relação à existência e mensuração dos ativos da carteira, entre outros. Adicionalmente, deve-se avaliar o risco de a administração burlar os controles.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

12

Em relação aos trabalhos de asseguarção razoável de atestaçãõ executados por auditor independente para emitir relatório sobre a compilaçãõ de informações financeiras *pro forma* incluídas em prospecto pela parte responsável, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O entendimento sobre como a parte responsável compilou as informações financeiras *pro forma* pode ser obtido pelo auditor independente por meio de procedimentos como a leitura de documentos de apoio relevantes, como contratos ou acordos e atas de reuniões das pessoas responsáveis pela governança.
- II. Em relação à emissão de relatórios de asseguarção razoável sobre informações financeiras *pro forma* elaboradas para cumprimento da Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, as sociedades envolvidas nas operações de fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações, envolvendo emissores de valores mobiliários registrados na categoria A, devem divulgar demonstrações financeiras cuja data-base não seja anterior a 180 (cento e oitenta) dias da data da assembleia que deliberará sobre a operação.
- III. Em muitas jurisdições, as leis ou os regulamentos aplicáveis proíbem a publicação de prospecto que contenha opinião modificada sobre a compilação das informações financeiras *pro forma*. Quando esse for o caso e o auditor independente concluir que uma opinião modificada é, mesmo assim, apropriada, ele deve discutir o assunto com a parte responsável e, se a parte responsável não concordar em fazer as mudanças necessárias, o auditor independente deve não emitir o relatório, retirar-se do trabalho ou buscar assessoria jurídica.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

13

Em relação às auditorias de demonstrações contábeis de grupos, incluindo o trabalho dos auditores dos componentes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () O risco de distorção relevante em uma auditoria de grupo inclui o risco de que um auditor do componente possa não detectar uma distorção nas informações financeiras de um componente que poderia causar uma distorção relevante nas demonstrações contábeis do grupo e de que o auditor do grupo não seja capaz de detectar essa distorção.
- () Os auditores dos componentes devem solicitar que o auditor do grupo comunique de maneira tempestiva assuntos relacionados às informações financeiras do componente que o auditor do componente determine serem relevantes para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis do grupo, causada por fraude ou erro.
- () Quando as classes de transações, saldos contábeis ou divulgações nas demonstrações contábeis do grupo são desagregadas entre componentes, para fins de planejamento e execução de procedimentos de auditoria, o auditor do grupo deve determinar uma materialidade para a execução da auditoria do componente. Para abordar o risco de agregação, esse valor deve ser superior à materialidade do desempenho do grupo.
- () Caso as demonstrações contábeis do grupo incluam as informações financeiras de uma entidade ou unidade de negócios com uma data de fechamento do relatório financeiro diferente daquela do grupo, o auditor do grupo deve assumir a responsabilidade por avaliar se ajustes apropriados foram feitos nessas informações financeiras de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – V.
- (B) F – F – V – F.
- (C) F – F – F – V.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

14

As estimativas contábeis variam significativamente em sua natureza e devem ser feitas pela administração quando os valores monetários não puderem ser diretamente observados.

A mensuração desses valores monetários está sujeita a uma incerteza da estimativa, o que reflete em limitações inerentes de conhecimento ou dados.

Nesse contexto, considerando o que dispõe a NBC TA 540 (R2) – AUDITORIA DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES RELACIONADAS, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O exercício do ceticismo profissional em relação às estimativas contábeis é afetado pela consideração do auditor dos fatores de risco inerente, e a sua importância aumenta quando as estimativas contábeis estão sujeitas a maior grau de incerteza da estimativa ou são afetadas por maior grau de complexidade, subjetividade ou outros fatores de risco inerente.
- (B) Para algumas estimativas contábeis, a incerteza da estimativa, com base em sua natureza, e a complexidade e a subjetividade envolvidas na sua elaboração podem ser muito baixas. Para essas estimativas contábeis, não se espera que os procedimentos de avaliação de risco e os procedimentos adicionais de auditoria exigidos sejam extensos.
- (C) Para um risco significativo relacionado com uma estimativa contábil, os procedimentos adicionais de auditoria devem incluir testes dos controles no período corrente se o auditor planejar confiar nesses controles. Quando a abordagem para um risco significativo consiste somente em procedimentos substantivos, esses procedimentos devem incluir testes de detalhes.
- (D) Quando o auditor desenvolve estimativa pontual ou de intervalo para avaliar a estimativa pontual da administração e as divulgações relacionadas sobre a incerteza da estimativa, os procedimentos adicionais de auditoria devem incluir procedimentos para avaliar se os métodos, premissas ou dados utilizados são apropriados no contexto da estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (E) O auditor deve revisar o resultado das estimativas contábeis anteriores ou, quando aplicável, sua re-estimativa subsequente para auxiliar na identificação e na avaliação dos riscos de distorção relevante no período corrente. O auditor deve levar em consideração as características das estimativas contábeis para determinar a natureza e a extensão dessa revisão. A revisão visa questionar julgamentos sobre estimativas contábeis de períodos anteriores com base nas informações disponíveis na época em que foram elaboradas.

15

É uma medida de interesse público e uma exigência que contadores que prestam serviços (contadores externos) sejam independentes ao realizarem trabalhos de auditoria e revisão.

Sobre a aplicação da estrutura conceitual à independência para trabalho de auditoria e revisão, conforme dispõe a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, assinale a afirmativa correta.

- (A) Entre as atividades de responsabilidade do auditor independente, tem-se a assunção a responsabilidade pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (B) A independência deve ser mantida durante o período de contratação, que se inicia quando a equipe de auditoria começa a realizar a auditoria e termina quando o relatório de auditoria é emitido.
- (C) A determinação dos honorários a serem cobrados por serviços de auditoria ou outros serviços, é uma decisão de negócio do cliente de auditoria que leva em consideração os fatos e as circunstâncias relevantes para o trabalho específico, incluindo os requisitos de normas técnicas e profissionais.
- (D) A firma de auditoria pode cobrar, direta ou indiretamente, honorários contingentes por serviço que não é de asseguarção prestado para cliente de auditoria, se os honorários são cobrados pela firma que expressa a opinião sobre as demonstrações contábeis, e os honorários são relevantes, ou espera-se que sejam relevantes, para essa firma.
- (E) O nível da ameaça de interesse próprio pode ser impactado quando grande proporção dos honorários cobrados pela firma de auditoria é gerada pela prestação de serviços que não são de auditoria para o cliente, em decorrência de preocupações sobre perda potencial do trabalho de auditoria ou de outros serviços.

16

Diversos fatos e circunstâncias, incluindo atividades profissionais, interesses e relacionamentos, podem criar ameaças à independência do trabalho do auditor.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

- I. Quando o total de honorários gerados de cliente de asseguarção pela firma que expressa a conclusão em trabalho de asseguarção representa grande proporção do total de honorários dessa firma, a dependência nesse cliente e a preocupação em perdê-lo podem criar dois tipos de ameaça: de interesse próprio ou de intimidação.
- II. A ameaça de interesse próprio pode ser criada se parte significativa dos honorários não for paga antes da emissão do relatório de asseguarção do período seguinte, se houver. Geralmente, espera-se que a firma exija o pagamento desses honorários antes da emissão desse relatório.
- III. A aceitação de presentes e afins de cliente de asseguarção pode criar uma ameaça de interesse próprio, de familiaridade ou de intimidação. A firma ou membro da equipe de asseguarção não deve aceitar presentes e afins de cliente de asseguarção, a menos que o valor seja trivial e inconsequente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

17

Em relação às comunicações do auditor com a administração e com os responsáveis pela governança e a comunicação de fraude à autoridade competente externa à entidade, conforme dispõe a norma NBC TA 240 (R1) - RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO A FRAUDE, NO CONTEXTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O auditor deve comunicar, independentemente se proibido por lei ou regulamento, aos responsáveis pela governança quaisquer outros assuntos relacionados a fraudes que, no seu julgamento, são relevantes para suas responsabilidades.
- II. Caso o auditor tenha identificado ou suspeite de fraude, ele deve determinar se leis, regulamentos ou requisitos éticos relevantes exigem que o auditor comunique à autoridade competente externa à entidade e estabelecem responsabilidades segundo as quais a comunicação à autoridade competente externa à entidade pode ser apropriada nas circunstâncias correspondentes.
- III. Se o auditor tiver identificado ou suspeitar de fraude envolvendo a administração, empregados com funções significativas no controle interno ou outros, cujas fraudes gerem distorção relevante nas demonstrações contábeis, ele auditor deve comunicar em todas as circunstâncias e tempestivamente esses assuntos aos responsáveis pela governança.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

18

A NBC TA 315, que dispõe sobre a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, na auditoria de demonstrações contábeis, trata da responsabilidade do auditor ao planejar e implementar respostas aos riscos de distorção relevante, identificados e avaliados pelo auditor.

Nesse contexto, relacione os termos a seguir com seus respectivos significados.

1. Objetivo do auditor.
 2. Procedimentos Substantivos.
 3. Testes de Controle.
 4. Extensão de procedimento de auditoria.
 5. Procedimentos de confirmação externa.
- () Determinada após a consideração da materialidade, do risco avaliado e do grau de segurança que o auditor planeja obter. Aumenta à medida que o risco de distorção relevante aumenta.
- () São frequentemente relevantes quando cobrem as afirmações relacionadas com os saldos das contas e seus elementos, mas não podem ser restritos a estes itens. Também podem ser executados para obter evidência sobre a ausência de certas condições.
- () Planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações e incluem testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações) e procedimentos analíticos substantivos.
- () Obter evidência de auditoria apropriada e suficiente relacionada aos riscos avaliados de distorção relevante por meio do planejamento e da implementação de respostas apropriadas a esses riscos.
- () Procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.

A relação correta, na ordem apresentada, é

- (A) 3 – 1 – 2 – 5 – 4.
- (B) 3 – 1 – 4 – 5 – 2.
- (C) 5 – 4 – 1 – 2 – 3.
- (D) 4 – 5 – 2 – 1 – 3.
- (E) 2 – 1 – 3 – 4 – 5.

19

Informações financeiras *pro forma* são aquelas apresentadas juntamente com os ajustes para ilustrar o impacto de um determinado evento ou transação sobre informações financeiras históricas como se tal evento ou transação tivesse ocorrido em data anterior selecionada para propósito ilustrativo.

A NBC TO 3420 (R1) trata dos trabalhos de asseguarção razoável de atestação executados por um auditor independente para emitir relatório sobre a compilação de informações financeiras *pro forma* incluídas em prospecto. O auditor independente deve avaliar a apresentação das informações financeiras *pro forma*.

Essa avaliação deve considerar

- (A) a apresentação geral e a estrutura de informações financeiras *pro forma*, incluindo avaliar se estão claramente identificadas para diferenciá-las das informações financeiras históricas e de outras informações financeiras.
- (B) se as informações financeiras *pro forma* e suas correspondentes notas explicativas ilustram o impacto do evento ou da transação de forma enganosa.
- (C) se o auditor independente tomou conhecimento de quaisquer eventos significativos anteriores à data da demonstração da qual as informações financeiras históricas foram extraídas que possam exigir referências ou divulgações nas informações financeiras *pro forma*.
- (D) que, se o auditor independente, ao ler outras informações incluídas no prospecto, identificar inconsistência relevante ou tomar conhecimento de distorção relevante de um fato nessas outras informações, deve, imediatamente, se abster de emitir opinião sobre o prospecto.
- (E) que, como o auditor independente está emitindo relatório sobre a fonte da qual as informações financeiras históricas foram extraídas, ele deve executar procedimentos para identificar eventos após a data da fonte que exijam ajuste da fonte ou divulgação na fonte.

20

O auditor independente tem a responsabilidade de comunicar os principais assuntos de auditoria em seu relatório sobre as demonstrações contábeis. Para isso, deve utilizar seu julgamento sobre o que comunicar em seu relatório e, também, a forma e o conteúdo de tal comunicação. Para regular essa responsabilidade, o CFC emitiu a NBC TA 701 – COMUNICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.

De acordo com essa norma, a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor

- (A) substitui a divulgação, nas demonstrações contábeis, que a estrutura aplicável de relatórios financeiros exige que a administração faça ou que são necessárias para atingir o objetivo de apresentação adequada.
- (B) substitui a emissão de opinião modificada por parte do auditor, quando exigido nas circunstâncias de trabalho de auditoria.
- (C) substitui a apresentação de relatório, quando existe incerteza relevante em relação a fatos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade.
- (D) é uma opinião separada sobre os assuntos tomados individualmente.
- (E) ocorre no contexto em que o auditor formou sua opinião sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

21

Segundo a NBC TA 540 (R2) – AUDITORIA DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, INCLUSIVE DO VALOR JUSTO, E DIVULGAÇÕES RELACIONADAS, o objetivo do auditor é obter evidência de auditoria apropriada e suficiente se as estimativas contábeis e as divulgações relacionadas nas demonstrações contábeis são razoáveis no contexto da estrutura de relatório financeiro aplicável. Relacione os cinco itens a seguir com suas respectivas definições.

1. Incerteza da estimativa.
 2. Estimativa pontual ou intervalo do auditor.
 3. Tendenciosidade da administração.
 4. Estimativa pontual da administração.
 5. Resultado de estimativa contábil.
- () Valor monetário corrente resultante da resolução da transação, evento ou condição de que trata a estimativa contábil.
() Valor, ou intervalo de valores, respectivamente, desenvolvido pelo auditor para avaliar a estimativa da administração.
() Susceptibilidade à falta inerente de precisão na mensuração.
() Valor selecionado para o reconhecimento ou a divulgação nas demonstrações contábeis da estimativa contábil.
() Falta de neutralidade na elaboração das informações.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 5 – 2 – 1 – 3 – 4.
(B) 4 – 2 – 1 – 5 – 3.
(C) 5 – 2 – 1 – 4 – 3.
(D) 4 – 5 – 1 – 3 – 2.
(E) 4 – 5 – 3 – 1 – 2.

22

A NBC TA 330 (R1) trata da responsabilidade do auditor ao planejar e implementar respostas aos riscos de distorção relevante, identificados e avaliados por ele na auditoria de demonstrações contábeis.

Considerando o exposto nessa norma, para o auditor determinar se é apropriado usar evidência de auditoria da efetividade operacional dos controles obtida em auditorias anteriores e, caso afirmativo, a duração do período de tempo que pode decorrer antes de testar novamente o controle, o auditor deve considerar os seguintes itens, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A efetividade dos outros componentes do sistema de controles internos da entidade, incluindo o ambiente de controle, o processo de monitoramento do sistema de controles internos pela entidade e o seu processo de avaliação de risco.
(B) Os riscos decorrentes das características dos controles manuais da entidade, não havendo necessidade de avaliar os controles automáticos.
(C) A efetividade dos controles gerais de tecnologia da informação.
(D) A efetividade do controle e sua aplicação pela entidade, incluindo a natureza e a extensão de desvios na aplicação do controle observados nas auditorias anteriores e se houve mudanças de pessoal que afetaram de forma significativa a aplicação do controle.
(E) Se a falta de alteração em um controle em particular oferece risco devido às mudanças de circunstâncias.

23

O Comunicado Técnico CTO 03 trata da emissão de relatório relacionado aos controles mantidos pelas instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a prestar serviços de depósito centralizado, custódia e escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificado de valores mobiliários.

Os relatórios de asseguarção podem ser de dois tipos:

- I. Relatório Tipo 1 – Relatório sobre a descrição e o projeto de controles em organização prestadora de serviços; e
- II. Relatório Tipo 2 – Relatório sobre a descrição, o projeto e a eficácia operacional dos controles em organização prestadora de serviços.

Com relação ao tipo de opinião a ser emitida nos relatórios do Tipo 1 ou do Tipo 2, assinale a afirmativa correta.

- (A) “a descrição apresenta adequadamente o sistema da organização prestadora de serviços que foi projetado e implementado na data especificada” é conteúdo obrigatório apenas no Tipo 1.
- (B) “os controles relacionados com os objetivos de controle especificados na descrição do sistema da organização prestadora de serviços foram adequadamente projetados na data especificada” é conteúdo obrigatório apenas no Tipo 2.
- (C) “os controles relacionados com os objetivos de controle especificados na descrição do sistema da organização prestadora de serviços foram adequadamente projetados durante o período especificado” é conteúdo obrigatório apenas no Tipo 1.
- (D) “os controles testados, que foram aqueles necessários para fornecer segurança razoável de que os objetivos de controle especificados na descrição foram alcançados, operaram de maneira efetiva durante o período especificado” é conteúdo obrigatório apenas no Tipo 2.
- (E) “os controles testados, que foram aqueles necessários para fornecer segurança razoável de que os objetivos de controle especificados na descrição foram alcançados, operaram de maneira efetiva durante o período especificado” é conteúdo obrigatório do Tipo 1 e do Tipo 2.

24

A NBC TA 550 trata da responsabilidade do auditor no que se refere ao relacionamento e transações com partes relacionadas durante a execução da auditoria de demonstrações contábeis, especialmente sobre requisitos que devem ser aplicados em relação aos riscos de distorção relevante associados aos relacionamentos e transações com partes relacionadas.

Com relação a essa Norma Brasileira de Contabilidade, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Entidades que estão sob o controle comum de um estado são consideradas partes relacionadas.
- () Uma pessoa ou outra entidade que tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, sobre a entidade que reporta é considerada parte relacionada.
- () Se a administração fez uma afirmação nas demonstrações contábeis no sentido de que uma transação com parte relacionada foi conduzida em termos equivalentes àqueles prevalentes entre partes independentes, o auditor não precisa obter evidências adicionais de auditoria sobre a afirmação.
- () Transação em condições normais de mercado é a transação entre partes relacionadas, conduzida em termos e condições como aqueles entre um comprador voluntário e um vendedor voluntário, e estão agindo de maneira mutuamente independente e buscando os seus melhores interesses.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) F – V – F – F.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – F – V – V.

25

O Comunicado CTA 27, de 15/2/2019, traz orientações para a emissão do relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis de entidades de incorporação imobiliária. De forma complementar, o CTR 04 traz considerações específicas relacionadas às Informações Trimestrais (ITR) elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na CVM, em atendimento ao Ofício- Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018.

As entidades que apresentam informações trimestrais seguindo as orientações desse Ofício-Circular devem incluir a afirmação de que “As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 – DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia quanto à aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR)”.

Como consequência dessa divulgação

- (A) não há necessidade de modificação da conclusão do auditor no relatório de revisão trimestral dessas entidades, devendo ser incluído um “Parágrafo de ênfase” chamando a atenção sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na elaboração de suas Informações Trimestrais (ITR).
- (B) não há necessidade de modificação da conclusão do auditor no relatório de revisão trimestral dessas entidades, devendo ser incluído na seção “Principais assuntos de auditoria” um parágrafo sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na elaboração de suas Informações Trimestrais (ITR).
- (C) não há necessidade de modificação da conclusão do auditor no relatório de revisão trimestral dessas entidades, devendo ser incluído na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis” um parágrafo sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na elaboração de suas Informações Trimestrais (ITR).
- (D) há necessidade de modificação da conclusão do auditor no relatório de revisão trimestral dessas entidades, devendo ser incluído um “Parágrafo de outros assuntos” chamando a atenção sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na elaboração de suas Informações Trimestrais (ITR).
- (E) há necessidade de modificação da conclusão do auditor no relatório de revisão trimestral dessas entidades.

PROVA DISCURSIVA - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Questão 1

Se o auditor identificar eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional, ele deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para determinar se existe ou não incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade por meio de procedimentos adicionais de auditoria, incluindo a solicitação para que a administração faça a avaliação da capacidade de operacional da entidade; a avaliação dos planos da administração para ações futuras em relação à avaliação da continuidade operacional; avaliar a confiabilidade dos dados de suporte gerados para elaborar as previsões, contemplando a avaliação da adequação das premissas utilizadas, além de solicitar representações formais da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança, com relação aos planos para ações futuras e a viabilidade desses planos.

Descreva procedimentos de auditoria que o auditor pode adotar e que são relevantes para o cumprimento dessas exigências.

Questão 2

Alfa S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto. Em 31/12/2023, seguindo os preceitos da NBC TG 01, que dispõe sobre redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Administração de Alfa S.A. efetuou a avaliação da necessidade de cálculo de *impairment* quando da elaboração das suas demonstrações contábeis.

A empresa verificou que havia indicativos de perda de um item do seu imobilizado. Para elaborar o teste de recuperabilidade, a Administração de Alfa S.A. levantou as seguintes informações:

- Valor contábil do imobilizado: R\$ 57 milhões.
- Provisão para desmobilização de ativos relacionada ao imobilizado: R\$ 6 milhões.
- Valor justo: R\$ 50 milhões.
- Valor em uso R\$ 53 milhões, desconsiderando os custos de desmobilização.
- Custos estimados para a venda do imobilizado: R\$ 1 milhão.
- A administração de Alfa S.A. constituiu uma perda por *impairment* de R\$ 4 milhões.

Com base exclusivamente nos dados apresentados, determine se os cálculos apresentados por Alfa S.A. estão corretos ou não. Justifique sua resposta, apresentando os cálculos necessários para embasar a sua opinião.

Realização

